

## Os livros de linhagens da idade média portuguesa: Os livros manuscritos medievais e sua rede de poderes

José D'Assunção Barros

**Abstract.** This article intends to examine some questions referring to the relations between power, book production, and reading in the time of medieval book manuscripts, reflecting on this question through an analysis of Portuguese ancestry books of the thirteenth and fourteenth centuries. In the first part of the article I examine the relationship between power, society, and the book manuscript. In the second part, I analyze the relationship between power, society, and the book as an object submitted to social forms of control.

O que eram, na Idade Média—época em que os livros eram manuscritos e cada cópia tinha uma existência única—os processos de produzir, possuir e ler um livro? Que poderes se entrincheiravam entre este gesto de escrever o livro, deter a sua posse, dá-lo a ler, e, finalmente, ofertá-lo à prática da leitura. Que posições ocupam o autor, o editor e o leitor nesta complexa rede de liberdades e limites—que poderes se exerciam sobre eles, e de que poderes eles mesmos—autor, dono da obra, leitor—participavam com os seus gestos de escrever e ler um livro manuscrito disponibilizado? Chegaremos a estas questões a partir de uma reflexão sobre os livros medievais que tomará como fontes os chamados livros de linhagens—genealogias produzidas em Portugal entre os séculos XIII e XIV.

Começaremos por dizer que um livro, não importa qual seja, insere-se necessariamente em uma complexa rede de poderes e micropoderes. Como

texto literário, torna-se facilmente espaço de acesso e de interdições a competências leitoras várias, fechando-se àqueles que não compreendem seus códigos ou que não compartilham o idioma comum à comunidade linguística de seus leitores preferenciais, ao mesmo tempo em que se entreabre, nos seus diversos níveis, àqueles que podem apreender alguns de seus sentidos possíveis. Como objeto mesmo, o livro se oferece menos ou mais generosamente àqueles que podem adquiri-lo ou tomá-lo emprestado, ou àqueles que podem suportar ou sentir-se confortáveis diante das estratégias editoriais que lhe dão forma e materialidade. Como depositário de um discurso, na verdade de muitos discursos, o objeto-livro mostra-se, por fim, interferente e interferido, relacionando-se ao jogo de poderes e micropoderes que afetam a sociedade que contextualiza a sua produção e circulação.

Se tal ocorre com o livro já perfeitamente inserido na rede de mercado livresco típica de uma sociedade capitalista, onde o texto materializa-se em um objeto-livro que se reproduz mil vezes, dez mil vezes, quinhentas mil vezes, o que não diremos para os livros de períodos mais recuados? Que sistemas de controle e constrangimento não afetarão os universos livrescos de tiragens mais modestas, ou mesmo os livros que não eram ainda bem livros, como os incunábulo impressos com tipos móveis? Mais ainda, a que sistemas de poderes e contra-poderes não estarão sujeitos aqueles livros manuscritos que, sem desaparecerem totalmente com a entrada dos tempos modernos, imperavam no período medieval?

Para além do jogo de poderes e de lutas de representações que o afetam consideravelmente em vista do fato de que ele é antes de mais nada um livro-texto, o livro-manuscrito encerra uma série de outros espaços de interdições e acessos que se definem precisamente porque ele é também um livro-objeto de tipo manuscrito, com poucas cópias, por vezes ocorrendo mesmo ser objeto único. Assim, a edição, a posse, o uso, a leitura de um livro manuscrito sempre abrigam, nas suas múltiplas modalidades, singulares espaços de poder—e isto é particularmente válido para os chamados livros de linhagens medievais. É a este gênero textual, associado a uma forma manuscrita específica, que dedicaremos as considerações a seguir, de modo a refletir sobre a rede de poderes e micropoderes que podiam afetar os livros manuscritos medievais.

Antes de mais nada, vejamos o que eram os chamados livros de linhagens. Temos aqui uma modalidade de texto que deve ser inserida no âmbito das genealogias. Os textos genealógicos, na sua forma mais irreduzível, correspondem a uma sequência de nomes e de relações entre os nomes que constituem uma rede familiar ou linhagística, e seu objetivo mais visível é o de perpetuar a memória

e a história de uma sucessão familiar, de uma linhagem, ou mesmo de uma rede de histórias familiares que se entrecruzam. Quando a genealogia refere-se a famílias que são propostas como aristocráticas, ou que a si mesmas atribuem um *status* de nobreza, encontramos com frequência a denominação: nobiliários. Na Idade Média portuguesa, entre os séculos XIII e XIV, os nobiliários eram conhecidos mais habitualmente como livros de linhagens, e assumiram feições muito específicas. Diferentemente das genealogias dos demais países europeus do ocidente medieval, as genealogias ou livros de linhagens de Portugal neste período, e na verdade da península ibérica, tinham a clara peculiaridade de alternarem a modalidade genealógica propriamente dita—a mera listagem de nomes, por assim dizer—com narrativas mais alentadas, de diversos tamanhos e teores.<sup>1</sup>

Por outro lado, em comum com as demais modalidades genealógicas—tão recorrentes nos diversos países europeus do ocidente medieval—os livros de linhagem também costumavam desempenhar um papel de primeira ordem para a reconstrução social da memória familiar, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstruir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam, era inserir este homem em um vasto sistema de valores e contravalores. Através da linhagem que se tornava visível a todos através dos nobiliários, os diversos indivíduos pertencentes à nobreza viam-se oportunamente inseridos em uma rede de alianças e solidariedades, e ao mesmo tempo em um sistema de rivalidades que contrapunha os indivíduos através de ódios e antipatias ancestrais que eram herdados tão concretamente como as propriedades fundiárias ou os brasões de família. As linhagens, e através delas os nobiliários que as registravam por escrito, conferiam ao indivíduo pertencente à nobreza um traço fundamental de sua identidade, explicitando-lhe seus espaços de inclusão e de exclusão social, as suas conexões com o mundo social e histórico, e sobretudo a sua inserção e tipo de inserção em uma complexa rede de entrecruzamentos familiares a linhagísticos.

Conforme se disse, muitas vezes as genealogias europeias não passavam de longas listagens familiares, com um mínimo de material narrativo, apresentando uma ou outra explicação que se fazia necessária para o acompanhamento de uma determinada história familiar através de uma dada sucessão de casamentos e filiações. Contudo, é precisamente nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV, e mais particularmente ainda no Portugal dos séculos XIII e XIV, que as genealogias assumiram ainda esta característica bastante singular: tenderam a deixar de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem

um gênero híbrido que misturava a crônica à genealogia propriamente dita. Assim, nesta espécie de texto, um tipo de discurso genealógico em forma de lista familiar—que vai descrevendo passo a passo uma cadeia linhagística através dos seus sucessivos desdobramentos—vê-se, de momentos em momentos, entrecortado por um discurso narrativo que é interpolado à lista genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita.

Para facilitar a compreensão deste caráter híbrido do texto linhagístico, consideraremos em seguida um segmento extraído do *Livro de linhagens do conde D. Pedro*—o mais bem acabado livro de linhagens da Idade Média portuguesa:

Este dom Rodrigo Gonçalves era de vinte annos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte annos. [...] [Prossegue por uma enumeração e nomeação dos descendentes de dom Rodrigo Froiaz e de dom Rodrigo Gonçalves de Pereira, seu neto, donde descendem os Pereiras, chegando por fim a dom Rodrigo Gonçalves.]

Este dom Rodrigo Gonçalves foi casado com dona Enês Sanches. *Ela estando no castelo de Lanhoso, fez maldade com uu frade de Boiro, e dom Rodrigo Gonçalves foi desto certo. E chegou e cerrou as portas do castelo, e queimou ela e o frade e homees e mulheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e panos de vestir e camas, e non leixou cousa movil. E alguus lhe preguntaram porque queimara os homees e mulheres, e el respondeo que aquela maldade havia XVII dias que se fazia e que nom podia seer que tanto durasse, que eles nom entendessem alguma cousa em que possuem sospeita, a qual sospeita eles deverom descubrir.*

Depois, foi este dom Rodrigo Gonçalves casado com dona Sancha Anriquez de Porto Carreiro, filha de dom Anrique Fernandez, o Magro, como se mostra no título XLIII, dos de Porto Carreiro, parrafo 3º, e fez em ela dom Pero Rodriguez de Pereira e dona Froilhi Rodriguez. Este dom Pero Rodriguez de Pereira lidou com dom Pero Poiares, seu primo [...]. (21G11; itálicos nossos)

O trecho em itálico corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples—mera descrição de nomes, casamentos e descendências. Aqui, o genealogista deixa de descrever exclusivamente as relações de parentesco para passar a narrar um pequeno caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica. Pela narrativa, sabemos que o nobre em questão fora traído pela esposa adúltera, mas que também se vingou exemplarmente—não apenas dos amantes adúlteros, como também de uma pequena população conivente com a transgressão. A narrativa funciona em

múltiplas direções. Antes de mais nada confirma a honra do nobre vingador, ajudando a delinear a sua personalidade e reafirmando o seu valor no universo simbólico linhagístico—isto ao mesmo tempo em que deprecia a honra da esposa adúltera, e talvez de seus eventuais filhos e netos (que aliás não são mencionados na sequência genealógica). Como o nobre em questão foi casado uma segunda vez, segundo a descrição genealógica que se segue, vê-se algo valorizado este novo ramo linhagístico por contraste com o primeiro ramo, manchado pela antepassada adúltera.

Ora. Este ramo que parte do segundo casamento é precisamente aquele que vai desembocar na família dos Pereiras, patrocinadora de um refundidor do *Livro de linhagens* que em 1382 introduz no texto a narrativa interpolada. Por aí é possível vislumbrar algo das motivações enaltecedoras e depreciativas de que pode vir carregado um relato como o que acabamos de examinar, mormente quando inserido em uma sequência genealógica específica. Por outro lado, a narrativa justifica, talvez, uma violência praticada por um nobre contra toda uma aldeia (uma violência que terá efetivamente ocorrido ou uma violência que se coloca como passível de ocorrer no mundo imaginário). Mas, sobretudo, a narrativa transmite aos seus leitores-ouvintes um *exemplum*—oferecendo um padrão de moralidade que fixa parâmetros cavaleirescos e que estabelece interditos de várias espécies.

As interferências narrativas podiam se apresentar de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre,<sup>2</sup> até trechos mais longos como o que acabamos de ler, chegando mesmo a narrativas de extensões consideráveis. Narrativas diversas costumam aparecer em cada um dos três livros de linhagens portugueses, configurando portanto uma prática corrente de alternar o registro familiar restrito com relatos de menor ou maior dimensão e de naturezas diversas. Há ainda casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Deste modo, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e tensões implícitas.

Compreendida a forma típica desta modalidade literária que era o livro de linhagens, poderemos aprofundar em seguida uma nova questão, que se refere ao jogo de poderes e micropoderes que interferiam não apenas na elaboração e circulação do texto linhagístico, como na própria constituição e uso do livro de linhagens como objeto manuscrito. Será necessário compreender, de saída, que tinham origens diversas as narrativas que eram interpoladas nos livros de

linhagens para esclarecer, enaltecer ou depreciar aspectos familiares concernentes aos vários membros da nobreza portuguesa e ibérica (já que na verdade os livros de linhagens portugueses referiam-se não apenas a famílias nobres portuguesas como também a outras linhagens hispânicas). Muitas vezes, uma narrativa, que depois se veria interpolada em um livro de linhagens, tinha vida própria e prévia através de uma circulação oral na qual os trovadores medievais desempenhavam um papel central.

Nosso objetivo será discorrer, a partir daqui, sobre as estratégias que afloram na passagem das versões orais das narrativas linhagísticas para as versões escritas dos nobiliários—ou, ainda, na passagem de outras versões narrativas já escritas para estas versões escritas que constituem o material linhagístico. Com alguma liberdade no uso desta expressão, falaremos aqui das estratégias editoriais envolvidas nestas passagens.

Obviamente que um livro de linhagens—bem cultural da era dos manuscritos—deve ser diferenciado nas suas estratégias de publicação de um livro qualquer inserido na era dos livros impressos. O livro impresso, por exemplo, circula mediante uma grande quantidade de cópias tipográficas e vai ao seu público, sendo que neste caso o editor irá, em função disto, direcionar as suas estratégias editoriais para captar o interesse, as expectativas, a competência cultural de um grande público. Frequentemente buscará fórmulas para reunir em um único feixe alguns interesses diversificados, com o que poderá almejar captar simultaneamente faixas distintas do público consumidor. Poderá lidar não apenas com a publicação impressa de textos originais, mas também com a publicação popularizada de grandes obras já conhecidas—para o que achará lícito promover operações diversas.<sup>3</sup>

Já um livro de linhagens medieval, por exemplo, não vai ao seu público sob a forma de inúmeras cópias, e nem pode ser adquirido no mercado. O público é que deve ir ao livro de linhagens—e isto já coloca problemas de acesso ao exemplar único ou às cópias restritas de um manuscrito original. Em tempo: a redação de um livro mostra-se um empreendimento sofisticado na Idade Média, o que torna o exemplar manuscrito não apenas um bem cultural de luxo, mas também um instrumento de poder. Quem tem o poder neste caso são aqueles que simultaneamente controlam o acesso ao livro e definem os seus usos, abrindo o seu tesouro manuscrito para variadas práticas de leitura que lhes darão, cada uma delas, um tipo diferente de oportunidade de poder.

A alguns o dono permitirá que folheiem o livro, e a outros não. Aos mais chegados, ou aos mais importantes no seu circuito de alianças, permitirá

uma leitura intensiva do livro ou—ainda que lance mão do conteúdo de seu manuscrito para a criação de novos livros—a investigação sobre as informações ou sobre a sabedoria nele contidas. Em outras oportunidades, irá oferecer o seu livro para a leitura coletiva em voz alta, o que irá tanto difundir a sua imagem de homem de cultura como ainda lhe assegurará uma nova oportunidade de poder, vinculada ao seu direito de indicar o que será lido (e portanto o que os outros poderão conhecer ou não de seu livro). Poderá ainda permitir que trovadores-narradores ou outros difusores culturais memorizem algumas das passagens do seu manuscrito para uma posterior difusão ou recriação, que será posta a correr mediante os mecanismos da oralidade. Quem detém o livro, por fim, pode autorizar nele novos acrescentamentos, convocando refundidores para continuar a obra ou completar um conteúdo que ainda não se esgotara (é o caso dos nobiliários, que pretendem registrar uma continuidade linhagística que ultrapassa o período de vida dos seus editores).

Estas são as estratégias pertinentes àquele que detém a posse do manuscrito, que pode ou não ter sido o empreendedor de sua edição (o livro, de tão precioso, é objeto de herança).<sup>4</sup> Existem também as estratégias editoriais propriamente ditas, mediante as quais o empreendedor da confecção do livro definirá o tipo de suporte, o modo como o livro é escrito, os materiais a serem incluídos (no caso de uma obra aberta como os nobiliários), as alterações a serem efetivadas, o nível de linguagem a ser buscado, os recursos para permitir que o livro abrigue duas ou mais formas de leitura, a presença ou não de iluminuras. Com todas estas dimensões cujo controle detém no processo de edição, o empreendedor do manuscrito joga com expectativas e competências textuais a atingir, com níveis de eficácia a serem alcançados, com mecanismos de inclusão ou exclusão de leitores (e, no caso dos nobiliários, também com mecanismos de inclusão e exclusão daqueles que serão citados nas narrativas e listas genealógicas). Mesmo a escolha do suporte define certas oportunidades de poder e possibilidades de uso: o livro de bancada, por exemplo, não pode ser transportado sem uma certa solenidade, e folhear as suas páginas implica uma outra relação de aproximação entre o seu conteúdo e o seu leitor que não aquela pertinente aos livros de fácil manuseio.

Todo este poder editorial, naturalmente, é aqui elaborado de uma maneira ainda intuitiva (estamos muito longe do mundo das estratégias de publicidade). Mas é de fato um poder a mais no jogo político, e os grandes homens de cultura da Idade Média sabiam lidar com estes recursos de poder assegurados pelo viés da cultura. Os reis-sábios ibéricos (como um Afonso X de Castela ou

um D. Dinis de Portugal) ou os grandes nobres promotores de cultura (como um conde dom Pedro), certamente não estavam alheios à possibilidade de utilização destes poderes. Em vista disto, foram grandes promotores da feitura de crônicas, livros de linhagens e cancioneiros. Controlar o livro, palco literário para narrativas e cantigas imobilizadas sob a forma manuscrita, mostra-se quase tão importante quanto controlar um sarau trovadoresco, palco concreto para a expressão de cantigas e narrativas através da oralidade ou do imbricamento entre oralidade e escrita. É verdade que existe a diferença de que o palco trovadoresco pode acessar ainda as faixas iletradas de público (mas o livro também pode, é bem verdade, nas suas leituras sociais em voz alta).

Com isto devemos considerar que a constituição da forma e conteúdo de um nobiliário, a partir do duplo trançado da descrição genealógica e da rede de relatos linhagísticos, não está isenta da interferência dos seus múltiplos editores—no caso os coletores de narrativas e de informações genealógicas, os organizadores e compiladores do material linhagístico por eles fornecido, os promotores do empreendimento, e todo um grupo de escrivães e homens de cultura que se escondem sob o autor nominal do nobiliário (no caso do *Livro de linhagens*) ou sob nome nenhum (no caso do *Livro velho* e do *Livro do deão*).

Os nobiliários, como dizíamos, recolhem o seu material narrativo tanto da produção oral circulante no paço e nos meios senhoriais, como também de versões já escritas que, podemos conjecturar, circulavam também em cadernos e folhas individuais. A existência destas folhas individuais deve ser presumida a partir de uma reflexão sobre os diversos mecanismos possíveis para a preparação ou realização de uma performance narrativa oral. Examinemos algumas possibilidades.

A performance oralizada de uma narrativa, em alguns casos, deve ou pode se sustentar previamente em um texto de base utilizado ou como roteiro de orientação ou como texto rigoroso para a memorialização. Podemos nos referir ainda ao caso da leitura em voz alta de um texto—seja a partir da folha pertencente ao orador, ou então a partir de um livro já estabelecido (no caso, é bom lembrar que o *Livro velho*, bem como algumas das crônicas que foram fontes para os outros dois nobiliários, eram contemporâneas dos saraus palacianos onde circulavam oralmente as narrativas que mais tarde seriam inseridas no *Livro do deão* e no *Livro de linhagens do conde dom Pedro*, e deste modo a leitura do *Livro velho* podia também fazer parte das atividades culturais aí desenvolvidas). Nada disto exclui, naturalmente, a co-presença da performance oralizada mais pura, inclusive aquela que vem carregada de elementos de improvisação e de interação com o público.

Existem significativas implicações na passagem para um *corpus* narrativo de narrativas que antes estavam isoladas. Seja uma versão narrativa que se acha registrada isoladamente em uma folha ou caderno individual, ou seja uma narrativa que faz parte do repertório de um trovador que a apresenta eventualmente no espetáculo trovadoresco, a passagem destas peças isoladas para o *corpus* do nobiliário as transforma de imediato, sobretudo porque estas narrativas passam a estar contaminadas pela proximidade das outras narrativas, pela sua alternância com uma lista genealógica, por novas conexões que até então não podiam ser imaginadas. Coabitando o mesmo *corpus* que outros textos, a narrativa antes isolada passa a dispor de novas vozes. Mas, de maneira inversa, pode-se dar que a narrativa seja também separada de um *corpus* anterior, de menores ou maiores dimensões, para ser reintroduzida em um novo *corpus*—e nesta operação novos sentidos também lhes são surpreendentemente acrescentados. Pode-se dar ainda que, em casos como este, algo se cale na passagem de um para o outro *corpus*, ou que uma mensagem que antes era explícita torne-se agora implícita, suplicante por complexas decifrações que antes seriam dispensáveis.

Em síntese, o editor-compilador detinha uma boa margem de manobra para a manipulação do material linhagístico que se propunha a registrar. Com suas estratégias editoriais visava uma determinada eficácia, o cumprimento de um programa voltado para objetivos específicos (como aquele registrado no prólogo do *Livro de linhagens*), bem como a já mencionada competência cultural do público receptor a que buscava atingir (no caso dos nobiliários era a nobreza, ou certos setores da nobreza, que primeiramente se tinha em vista). Do mesmo modo, o editor-compilador orientava as suas estratégias discursivas e editoriais também conforme as expectativas deste receptor, ou ainda conforme os usos que poderiam ser dados ao seu texto ou a partes isoladas de seu texto (a leitura individual privada ou a leitura social em voz alta, a consulta de base para performances orais ou para a composição de novas crônicas e nobiliários, e assim por diante). Por fim, inseria em um jogo sócio-político, que lhe podia ser favorável, todas estas oportunidades de poder oriundas do direito de definir e de escolher as múltiplas dimensões envolvidas na composição do texto e de seu suporte.

O jogo de leituras possíveis (e audições possíveis) é a dimensão que completa este complexo circuito. Atendo-nos às práticas e modos de leitura dos nobiliários, podemos imaginar um nível mais superficial de leitura que isola os episódios narrados de sua totalidade (portanto desligando-os ou não per-

cebendo a sua intertextualidade possível). Há também uma leitura, ainda superficial, que se atém exclusivamente aos *exempla* oferecidos pelos episódios lidos de maneira isolada (ignorando portanto as conexões linhagísticas propriamente ditas, e não percebendo as múltiplas depreciações e enaltecimentos que se voltam contra indivíduos e linhagens concretas). Este tipo de leitor educa-se no ideal cavaleiresco, mas não nas secretas e maliciosas artimanhas das operações genealógicas.

Há o leitor de listas familiares, que não se interessa ou a quem é interdita a leitura mais demorada das narrativas, e que se concentra apenas nas referências genealógicas. Este apenas beneficia de uma compreensão da sua própria inserção familiar-linhagística, bem como das dos outros nobres, mas lhe escapam outras dimensões a serem compreendidas a partir do conteúdo narrativo interpolado. E existe por fim a leitura totalizada, que capta o texto na sua integridade complexa e habilita o leitor a compreender conexões implícitas entre as várias narrativas, percebendo adicionalmente as depreciações e exaltações que se escondem nos interstícios da intertextualidade, e captando também de uma maneira mais plena as lições cavaleirescas agora concedidas, não apenas pelas narrativas isoladas, mas pela mega-narrativa que se confunde com a interação entre todas as narrativas nos seus secretos diálogos internos.

Por ora, fica registrado que a existência de níveis e modos de leitura diferenciados a partir do material linhagístico, bem como o acesso a estes diferentes níveis e tipos de leitura, criam hierarquias adicionais entre os diversos leitores e ouvintes dos nobiliários. Aquele a quem é somente concedida a leitura ou a audição do episódio isolado vê-se enclausurado em um nível de percepção mais restrito ao entrar em contato com o material narrativo-linhagístico, e portanto lhe é proposto um lugar mais modesto na escala de leitores e ouvintes. Incluem-se aqui aqueles a quem é oferecida a leitura mais esporádica das páginas do nobiliário, aqueles que somente têm acesso a folhas individuais de narrativas, ou aqueles que são convidados muito eventualmente para os espetáculos trovadorescos. Naturalmente que nem todos eles podem ser situados no mesmo nível, uma vez que há muitos outros interferentes que desnivelam as capacidades individuais de entender e perceber os múltiplos aspectos de um texto—inclusive a própria competência textual conquistada na experiência individual de cada um. Mas, enfim, o importante aqui é dar a perceber que o acesso ao livro (e a qualidade do acesso ao livro) educa para novos modos de leitura deste livro—e que a interdição ou restrição de seu acesso impede a possibilidade de o indivíduo-leitor enriquecer seu repertório de modos de

leitura de um livro (o mesmo vale para o espetáculo trovadoresco, que metaforicamente pode ser considerado como um livro interativo aberto para as práticas do espetáculo e da oralidade).

No outro extremo do *continuum* de competência textual localizam-se o leitor intensivo do nobiliário e o ouvinte frequente dos saraus palacianos e senhoriais, que, tendo um maior acesso às várias partes do mega-texto linhagístico, podem começar a desenvolver uma aprendizagem de sua totalidade. Mas é em todo o caso necessário lembrar que a compreensão plena do conteúdo linhagístico inclui ainda uma espécie de iniciação, que pode ser facilitada através de conversas a que se tenha acesso nos círculos de leitores e ouvintes mais experientes. Por fim, considere-se que—dadas as múltiplas naturezas dos vários conteúdos narrativos presentes nos livros de linhagens—um nível máximo de competência textual pode ser buscado naquele leitor que realiza aquilo que Roger Chartier chamou de uma leitura plural (“Textos, impressos, leituras” 123). Este leitor é capaz de distinguir com eficácia o cômico do sério, o anedótico do moralístico, o didático do meramente enaltecedor ou depreciativo, o fantástico do cotidiano, e nestas operações se apropriar de conteúdos que podem favorecer a sua experiência individual e a sua posição na luta de representações enfrentada na vida cotidiana. Aqui temos ainda um leitor que, tal como exemplificaremos adiante, possui certas chaves de intertextualidade que outros desconhecem. E alguns dentre eles chegarão mesmo a perceber a pluralidade de sentidos oferecidos pelos diversos níveis narrativos, e quiçá estarão aptos a captar algo das muitas vozes que habitam o discurso linhagístico, o que de resto os habilitará a tirar partido dos usos abertos a cada narrativa.

Esta capacidade mais plena de leitura do material linhagístico, proporcionadora de uma visão de profundidade e de conjunto vedada à maioria dos leitores, podia se tornar o tesouro de uns poucos que, em todo o caso, só podiam receber certas chaves mais secretas para a compreensão do texto na base de uma transmissão pessoal da informação, e isto quando tinham acumulado uma competência textual suficientemente adequada para recebê-la. Circulando por fora do círculo dos leitores-ouvintes da leitura ou da audição fragmentada, da intertextualidade não-percebida porque não-revelada, da recepção isolada de uma narrativa que se desagrega das outras, este leitor especial podia se situar em uma posição privilegiada para a compreensão do texto ou do espetáculo. Tudo isto também era poder, através do qual aqueles que o detinham podiam estabelecer alianças de identidade uns com os outros ao mesmo tempo em que se separavam daqueles que careciam da informa-

ção inteira. Penetrar em mais um compartimento de significado era portanto penetrar em um novo mundo, em uma nova classe de leitor, em um novo recinto de poder ao qual nem todos tinham acesso.<sup>5</sup>

No mais, acrescenta-se que a possibilidade de imaginar cada leitor em afinidade com um modo de ler—ou em um lugar (não necessariamente fixo) no *continuum* da competência de leitura—não nos isenta (como não isentava os editores-compiladores que elaboravam as suas diversas estratégias) de avaliar as inúmeras práticas de leitura possíveis de serem partilhadas por um número significativo de leitores (e ouvintes) de níveis diversificados. Aproveitando algumas reflexões já desenvolvidas por Roger Chartier, podemos vislumbrar a variedade destas práticas que permitiriam que os usos de um texto circulassem “entre leitura em voz alta, para si e para os outros, e leitura em silêncio, entre leitura de foro privado e leitura de praça pública, entre leitura sacralizada e leitura laicizada, entre ‘leitura intensiva’ e ‘leitura extensiva’” (“Textos, impressos, leituras” 131).<sup>6</sup> Tudo dependia, no caso da época dos nobiliários, de que o dono do livro, senhor do texto entesourado, o trouxesse à luz destas práticas em ocasiões especiais (como quem tira as joias do cofre na ocasião da festa), ou que atendesse em algumas ocasiões menos ou mais frequentes às solicitações dos diversos tipos de leitores, exercendo o seu poder de conceder ou interditar o acesso ao texto e de em certos casos definir o seu modo de leitura.<sup>7</sup>

É precisamente uma sutil rede de micropoderes que, veremos, se estabelecer na confluência do ato de conceder a um leitor-ouvinte o acesso ao texto (na sua materialidade, por assim dizer) e do ato de conceder aberturas para este ou aquele modo ou nível de leitura. Exemplificaremos com a menção a Aristóteles que aparece como um pormenor do prólogo do *Livro de linhagens do conde dom Pedro*. A certa altura da sua introdução ao seu livro de linhagens, o organizador, menciona uma pequeníssima passagem extraída do pensamento do filósofo grego, registrando aí uma marca de intertextualidade. Trata-se esta de uma informação a que nem todos têm acesso no mundo dos leitores-ouvintes linhagísticos (muitos não serão convidados a ler o prólogo, outros não perceberão a importância desta menção para compreender a ética com a qual se dialoga, outros serão meros ouvintes desatentos de narrativas isoladas nos saraus palacianos, e assim por diante). Examinando a questão por este viés, uma leitura de fundo plenamente consciente pode ser pressuposta como monopolizada por aqueles que se mostrassem capazes de estabelecer as devidas conexões intertextuais—certamente o conde D. Pedro e provavelmente alguns leitores privilegiados por um conhecimento prévio da *Ética a*

*Nicômaco* e das inter-relações ocultas entre o nobiliário e o texto grego (ou outras conexões intertextuais para além desta).

Quem controla um maior número de chaves para a compreensão de um texto pode ser considerado, naturalmente, mais poderoso no universo dos fruidores habituais e esporádicos de um livro. E há um duplo poder aí envolvido: o poder de compreender melhor o que outros vagamente compreendem ou mesmo ignoram, e o de conceder esta compreensão aos leitores que se quer privilegiar em dado momento, o que obviamente irá ocorrer de acordo com interesses do próprio concesso. A informação é aqui um elemento de poder. Quem pode concedê-la, senão aquele que controla os segredos autorais e editoriais do livro, que detém a totalidade de chaves para a sua compreensão, e que por outro lado tem acesso a um certo número de bens culturais que incluem os livros que devem ser postos em intertextualidade?

Deter ou conceder a informação de que o *Livro de linhagens* pode ser lido em conexão com a *Ética a Nicômaco* e, se assim se decidir, mostrar um exemplar da própria obra de Aristóteles àquele leitor que se pretende privilegiar, neste tempo em que os exemplares são raros porque manuscritos—eis aqui um poder exercido que concede novos poderes. Afinal, oferecer a um leitor uma nova chave para a compreensão do texto será, neste caso, permitir que ele tenha acesso a um compartimento do texto que até então permanecia secreto. Depois de abrir uma nova porta no texto, de penetrar no compartimento oculto, de adentrar uma passagem secreta que conduz a uma rede intertextual que até então se desconhecia, a leitura então já não será mais a mesma—e o leitor ter-se-á transmutado em um leitor ele mesmo mais poderoso, agora acrescido de uma nova competência textual e da posse de uma pequena chave que também ele guardará como um tesouro.

Entrevemos aqui como o *Livro de linhagens* também traz consigo possibilidades não declaradas de hierarquizar através da leitura, de excluir ou incluir o leitor-ouvinte em uma ou outra classe de leitor, de criar padrões de identidade e separação conforme as capacidades de penetração nos sentidos da obra. O livro, suporte solene de acesso restrito, e a informação extratextual, lugar de múltiplas mensagens de acessos sutilmente controlados, mostram-se aqui dois tesouros diferenciados. Em suma, aqueles que manipulam os usos do livro e as informações sobre o livro atuam potencialmente em diversos âmbitos. A determinação daquilo que se conhece, quando se é um nobre atualizado nos parâmetros cavaleirescos, confere a este grupo sociocultural seu modo de identificação e distinção (portanto seus critérios de exclusão)—e eis aqui um primeiro poder.

Mas, para dentro deste círculo mais amplo, quantos poderes determinados pela diversidade de possíveis saberes! Uma peça mais rara no quebra-cabeças da informação, um signo a mais no repertório da ostentação, um segredo ciosamente guardado para a tradução da informação codificada, uma chave capaz de abrir um portal de intertextualidade... em quantos caminhos o poder vaza o livro!

Avançaremos por uma última questão. Além de controlar o acesso à leitura, aquele que detém a posse física do nobiliário é também o dono de um livro inacabado, o que desde já traz novos acréscimos às suas possibilidades de poder. Ao se mostrar como o organizador e proprietário de um livro em aberto que está em permanente construção, e que aceita novos materiais que vão sendo gradualmente incorporados ao texto, o dono do nobiliário ou do cancionero controla também um novo espaço de inclusão e exclusão.<sup>8</sup> O conde D. Pedro, detentor de um *Livro de cantigas* e de um *Nobiliário*, converte-se por exemplo em uma expressão deste poder. Com o cancionero, que indica autorias das várias cantigas, lida com a inclusão / exclusão dos autores, definindo quem irá e quem não irá participar da coletânea e, em um segundo momento, demarcando-os com estratégias editoriais de hierarquização (classificando como jogral ou trovador, elogiando ou depreciando através de rubricas). Com o nobiliário, cujas narrativas são anônimas, controla a inclusão / exclusão dos personagens que serão mencionados pela literatura linhagística.

Quase seria a pior ofensa para um nobre, ávido de prestígio social, ser ignorado ou não ter os seus antepassados mencionados nas páginas de um nobiliário que se propõe a ser um livro da nobreza hispânica—não houvesse ainda a situação mais desagradável de ser lembrado como traidor ou covarde, como o marido traído que não vingou a sua honra, como o indivíduo malicioso que engana a sua própria parentela para alcançar objetivos mesquinhos, como o raptor que desonra viúvas e donzelas de boa linhagem. Controlar o acesso e a qualidade de acesso dos personagens à literatura dos nobiliários, e o acesso e a qualidade de acesso dos autores às páginas dos cancioneros, é participar de maneira excepcional do poder de definir o perfil social de um conjunto importante de indivíduos. Aquelas folhas em branco em um nobiliário ou cancionero são ameaçadoras, porque são espaços de futura inclusão e de exclusão—espaços onde serão registradas as vozes e os silêncios dos atores sociais. Lugares da memória ainda não escrita, e portanto lugares de poder.

Quanto ao mais, o fenômeno da leitura (e também o da audição) mostra-se sempre riquíssimo de práticas criadoras das quais pudemos apenas mencionar uma pequena parte. Será pertinente atentar, quando possível, para os modos

como a leitura pode afetar o próprio leitor, embora muitas vezes tenhamos que nos contentar apenas com conjecturas para este período medieval que investigamos. Em última instância, “cada novo leitor é afetado pelo que imagina que o livro foi em mãos anteriores” (Manguel, *Uma história da leitura* 28). Não é difícil imaginar a quantas transformações se abre o leitor que folheia o livro que ele mesmo sabe ter sido manuseado, em outras ocasiões, pelo rei ou por um nobre de saber reconhecido. Reconhecer-se-á como um homem especial, em tão especial companhia, ou sentir-se-á pequeno e ocasional ao se conectar com os ilustres leitores imaginários que oprimem o seu privilégio de folhear o imponente manuscrito? Sob o peso de tais constrangimentos, e sob a opressão do momento ou da sala de leitura em que foi introduzido, conseguirá ele refletir enquanto os olhos revelam o sentido das palavras? Ou dirigir-se-á ao seu anfitrião—o dono do livro—na busca de comentários ou esclarecimentos que terminarão por orientar a sua própria leitura para uma direção que ela não teria se estivesse na sua própria sala de leitura? Que mecanismos de inclusão e de exclusão, de deformação ou manipulação, podem quiçá ser entrevistados nesta experiência tão singular de ler e dar a ler um livro de linhagens!

## Notes

<sup>1</sup> Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros de linhagens: o *Livro velho*, o *Livro do deão* e o *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, que aqui chamaremos de *Livro de linhagens*. Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o *Livro velho*, de 1290 a 1343 para o *Livro do deão*, e de 1340 a 1343 para o *Livro de linhagens*. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes: (1) os *Livros velhos de linhagens* (incluindo o *Livro Velho* e o *Livro do deão*) e (2) *Livro de linhagens do conde D. Pedro*.

<sup>2</sup> O segmento genealógico que acabamos de examinar inclui de saída um comentário deste tipo, ao afirmar que “[e]ste Rodrigo Gonçalves era de vinte annos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte annos.” Em seguida a este comentário curto, começa a descrição genealógica.

<sup>3</sup> Sobre estas possibilidades de estratégias editoriais para livros impressos do passado, veja-se os ensaios de Roger Chartier. No caso, o historiador francês aborda as publicações do *corpus de Troyes* (século XVII) e a chamada *Bibliothèque bleue*, do século XVIII. O capítulo “Textos, impressos, leituras” introduz uma discussão geral sobre o tema (121–139).

<sup>4</sup> Por ocasião de sua morte, o conde dom Pedro doa seu *Livro de cantigas* a seu amigo, Afonso XI de Castela.

<sup>5</sup> Podemos considerar as palavras de Foucault em *A ordem do discurso*, mais concretamente: “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (37) e, pode-se acrescentar, à disposição do sujeito que lê ou escuta.

<sup>6</sup> É importante ressaltar que hoje em dia é admitida a ideia de que a leitura individual tendia a ser no período medieval uma leitura em voz baixa para si mesmo, constituindo-se em exceção a leitura silenciosa propriamente dita: “A leitura envolvia assim um movimento do aparelho fonador, no mínimo batimentos da glote, um cochicho, mais comumente a vocalização, geralmente em voz alta.” Mas é certo também que “desde o século XIII, o crescimento considerável do número de fontes disponíveis modificara a prática privada dos eruditos; no século XIV, as universidades, tendo instituído as bibliotecas abertas aos estudantes, são levadas a emitir regulamentos que exigem a leitura silenciosa” (Zumthor, *A letra e a voz* 105).

<sup>7</sup> O ‘dono do Livro’ não precisa ser aqui um único indivíduo (como o rei ou o conde D. Pedro). Pode ser uma instituição como o Mosteiro do Santo Tirso, uma linhagem como a dos Pereiras, uma ordem ou confraria.

<sup>8</sup> O processo de edição do *Livro de linhagens* pode dar uma ideia deste caráter de ‘obra em construção’: entre 1325 e 1340 procede-se à recolha de materiais e a uma primeira redação; entre 1340 e 1344 empreende-se uma segunda redação. Décadas depois, efetivam-se duas ou três refundições.

### Obras Citadas

- Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Impresso.
- Chartier, Roger. “Textos e edições: a ‘literatura de cordel.’” A história cultural—entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. 166–187. Impresso.
- . “Textos, impressos, leituras.” A história cultural—entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. 121–139. Impresso.
- Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Impresso.
- Livro de linhagens do conde D. Pedro*. Ed. José Mattoso. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980. Impresso.
- Livros velhos de linhagens*. Ed. José Mattoso and Joseph Piel. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1980. Impresso.
- Manguel, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: CIA das Letras, 1997. Impresso.
- Zumthor, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. Impresso.

José D’Assunção Barros holds a PhD in history from the Universidade Federal Fluminense (Brazil). He teaches as a visiting professor at the Universidade Federal de Juiz de Fora and as a tenured professor at the Universidade Severino Sombra de Vassouras. Among his books are *O campo da história* (2004), *Cidade e a história* (2007), and *Raízes da música brasileira* (2008). This paper was made possible by a grant from the Gulbenkian Foundation of Lisbon for a research project at the Real Gabinete Português de Leitura in Rio de Janeiro.